

A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DO SUL DE MINAS

Aloísia Rodrigues Hirata¹
Luiz Carlos Dias da Rocha²
Thiago Rodrigo de Paula Assis³

Resumo: Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) visam assegurar, por meio do processo de avaliação participativa da conformidade, a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos técnicos da agricultura orgânica. Apesar de ter sido regulamentado em 2009, poucos grupos de agricultores conseguiram constituir um SPG. A experiência do Sul de Minas na constituição do seu SPG tem chamado a atenção de vários grupos. Para realização deste trabalho, utilizou-se da análise documental e observação participante como procedimentos técnicos metodológicos. Seu objetivo foi resgatar o processo de constituição do SPG Sul de Minas, para que possa servir de referência teórica e prática para outros grupos de agricultores e técnicos que queiram conhecer o processo de constituição de um Sistema Participativo de Garantia. Constatou-se que o histórico dos agricultores da região com a Agroecologia e agricultura orgânica e as parcerias foram aspectos que contribuíram para a constituição e consolidação do SPG Sul de Minas.

Palavras-chave: agricultura orgânica, avaliação da conformidade, certificação participativa, SPG.

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por grandes mudanças nos sistemas de produção agrícola, impulsionadas pelo desenvolvimento de tecnologias, máquinas agrícolas e indústria química que, embora tenham aumentado a produção de alimentos, também causaram grandes impactos ao meio ambiente e à saúde do homem. De acordo com Gliessman (2009), dentre os principais impactos desse modelo de produção, é possível destacar a degradação do solo, perda de diversidade genética, poluição do ambiente, dependência de insumos externos, desperdício e uso exagerado de água, perda do controle local sobre a produção agrícola e desigualdades sociais.

Cientes dos problemas ocasionados por esse modelo de produção convencional, muitos agricultores vêm resgatando e desenvolvendo tecnologias, que possibilitam uma produção de alimentos saudáveis, preservação do meio ambiente, aliado à interação sinérgica entre homens e natureza. Alguns desses agricultores desenvolvem uma agricultura de base ecológica, como a agricultura orgânica ou agroecológica. Sua principal característica é o não-uso de agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas nocivas ao meio ambiente. No

¹ Doutoranda em Engenharia Agrícola, FEAGRI/UNICAMP. Técnica em Assuntos Educacionais - IFSULDEMINAS
aloisia.hirata@ifsuldeminas.edu.br

² Doutor em Entomologia. Professor no IFSULDEMINAS, Campus Inconfidentes. luiz.rocha@ifsuldeminas.edu.br

³ Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Professor na Universidade Federal de Lavras. thiagoassis@dae.ufla.br

Brasil, a legislação determina também que, para um produto ser considerado orgânico, o processo produtivo deve contemplar o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações ambientais, sociais e culturais (BRASIL, 2003). E, conforme descrito por Alves, Santos e Azevedo (2012), para a comercialização exigiu-se que os produtos fossem certificados por Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) reconhecidos, oficialmente (excetuando-se os casos de venda direta).

A definição das diretrizes, dos mecanismos de avaliação da conformidade, responsabilidades das partes e do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica (SisOrg) foi objeto do Decreto nº 6.323/2007 que regulamentou a Lei nº 10.831 de 2003 (BRASIL, 2007; ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012). Com o Decreto, foram estabelecidas diferentes formas de relações de mercado e certificação para produtos Orgânicos, como as Organizações de Controle Social (OCS), e o SisOrg composto pela Certificação por Auditoria e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG). Os mecanismos de controle para acesso ao mercado de produtos orgânicos podem ser observados na Figura 1.

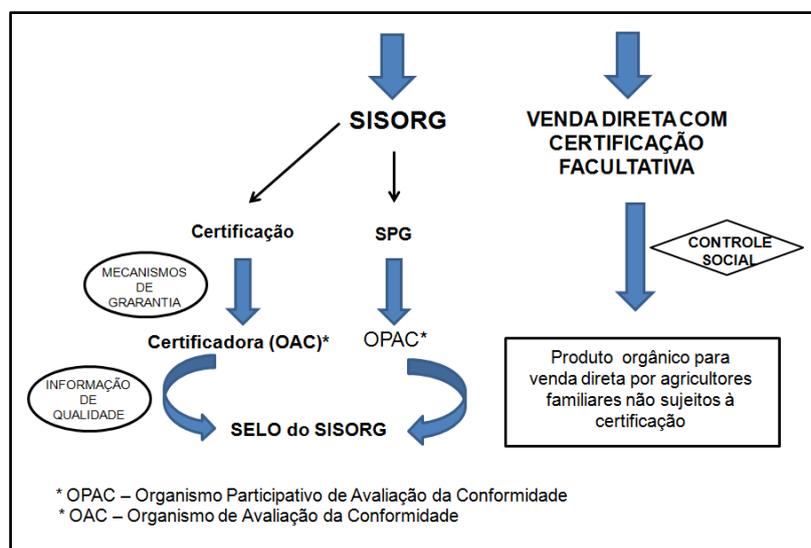


Figura 1 Representação dos mecanismos de controle para acesso ao mercado de produtos orgânicos. Fonte: Adaptado de FONSECA et al. (2009 p. 47)

Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), responsáveis pela avaliação da conformidade orgânica ou certificação participativa, foi regulamentado pela IN Nº 19/2009, mas, apesar deste tempo de regulamentação, ainda são poucos os grupos de agricultores conseguiram se organizar para constituir seu SPG, assim como para credenciar seu Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) junto ao Ministério da Agricultura.

Em 2012, como forma de promover a certificação participativa e ainda fortalecer os grupos de agricultores orgânicos existentes por meio da interação entre eles, foi constituído em Minas Gerais, o primeiro SPG do Estado, o SPG Sul de Minas. Da organização à certificação, foram muitas ações desenvolvidas em um tempo relativamente curto, o que tem chamado a atenção de outros grupos de agricultores e instituições, que têm visto no SPG Sul de Minas, uma referência para certificação participativa.

Assim, espera-se com esta descrição detalhada do processo de constituição deste SPG, da organização à certificação, contribuir com outros grupos de agricultores ou interessados em conhecer o SPG Sul de Minas servindo-lhes de referência prática e teórica. Esse aspecto é

importante, pois existem poucos estudos sobre SPG, e os que existem, atualmente se concentram na experiência da região sul do país, mais precisamente sobre a experiência da rede Ecovida⁴.

Para a legislação brasileira, o Sistema Participativo de Garantia é um conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, regida por princípios, normas de organização e de funcionamento, visando a assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos técnicos da agricultura orgânica e que foi submetido a uma avaliação participativa da conformidade (BRASIL, 2009).

Um SPG é um organismo formado por membros interessados na certificação orgânica que promove ações de interesse do grupo visando ao seu fortalecimento e desenvolvimento. O Fórum Latino Americano de Sistemas Participativos de Garantia⁵ definiu os SPGs como sistemas de garantia de qualidade, a partir do empoderamento das comunidades, onde a certificação conta com a participação ativa dos atores envolvidos e tem como base a confiança, as redes sociais e o intercâmbio de conhecimento (CARTA, 2009).

Para que um SPG possa proceder a certificação é necessário que ele tenha um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) credenciado junto ao Ministério da Agricultura. Além disso, deverá cumprir as atividades determinadas pelo grupo, como os registros de manejo, visitas de pares, visitas de verificação e outros (BRASIL, 2009).

A composição de um SPG é formada pelos membros do sistema e o OPAC. Os membros do sistema são classificados pela legislação brasileira em fornecedores (produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores) e colaboradores (consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica).

Se pudéssemos comparar um OPAC à certificação por auditoria, ele seria o departamento de certificação. Possui personalidade jurídica, sendo órgão responsável pelo conjunto de atividades desenvolvidas que visam à certificação. Essas atividades e responsabilidades deverão estar previstas em seus documentos constitutivos (estatuto, regimento e procedimentos operacionais). A Comissão de Avaliação da Conformidade Orgânica e o Conselho de Recursos compõem a estrutura mínima de um OPAC, e são formados pelos representantes dos membros do sistema.

Para uma região ou grupo de agricultores, um SPG representa um passo profundo de organicidade, podendo ir além da oferta de um selo, pois enquanto metodologia de organização social promove o empoderamento dos agricultores, valorizando seu conhecimento tradicional e difundindo os resultados práticos (LEITE, 2013).

Conforme previsto na IN n° 19/2009, para proceder à certificação, é necessário que o SPG solicite o credenciamento do seu OPAC como Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC, junto ao MAPA. O credenciamento é precedido por uma auditoria sob a responsabilidade da Coordenação de Agroecologia - COAGRE. A auditoria para credenciamento é realizada após a tramitação de toda a documentação do SPG e do OPAC

⁴ Conforme conceituada por Santos e Mayer (2007) "A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros".

⁵ Instância de representação dos SPGs da América Latina, criado em 2009 na cidade de Antônio Prado-RS com o objetivo de ser um espaço de intercâmbio político e técnico entre os SPGs existentes no continente.

junto ao MAPA. Para a solicitação do credenciamento do OPAC, o SPG deverá protocolar na Superintendência Federal do MAPA no estado de atuação, os seguintes documentos: definição dos escopos de atuação, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do OPAC, atos constitutivos (estatuto social, regimento e contrato social), manual de procedimentos operacionais do OPAC, normas de produção orgânicas utilizadas e cadastro das unidades de produção acompanhadas ou declaração de inexistência delas.

Quando um SPG solicita o credenciamento do OPAC, tem-se uma indicação clara do longo caminho percorrido na articulação dos seus membros e na construção dos processos de geração de credibilidade da conformidade orgânica. Esse processo, que também é chamado de controle social, se dá a partir da interação das pessoas, apoiados na participação, comprometimento, transparência e confiança entre os membros envolvidos.

Esse trabalho objetivou, fazer um resgate do processo de constituição do SPG Sul de Minas. Espera-se com este registro, contribuir com outros grupos de agricultores e técnicos que queiram conhecer a experiência de constituição do primeiro SPG de Minas Gerais.

2. METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho utilizou-se do método descritivo para detalhar o processo de constituição do SPG Sul de Minas, abordando desde o início de sua organização até o momento atual, analisando como se dá o processo de geração de credibilidade, os principais atores envolvidos, as dificuldades e os aspectos que contribuíram para o sucesso desta experiência.

Nesse sentido, foram utilizados como procedimentos técnicos metodológicos a observação participante e análise documental. A observação participante foi feita durante todo o ano de 2014 e 2015 com a participação em reuniões, visitas e eventos realizados pelo SPG Sul de Minas. A análise documental foi feita na sede da Orgânicos Sul de Minas onde foi analisado todos os documentos do OPAC, como estatuto, regimento e manual de procedimentos. Além dos Planos de manejo e relatórios de visitas das unidades de produção certificadas pelo OPAC na ocasião da pesquisa.

O trabalho foi realizado no âmbito da Central de Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas, mais conhecida como Orgânicos Sul de Minas (OSM). Atualmente fazem parte desta central, nove associações, duas cooperativas e 03 grupos informais, conforme figura abaixo.



- 1 APOMM - São Lourenço - MG
- 2 AADF - Ouro Fino - MG
- 3 APAN-FÉ - Maria da Fé - MG
- 4 COOPFAM - Poço Fundo - MG
- 5 CAMPONESA - Campo do Meio - MG
- 6 ABAL - Brasópolis - MG
- 7 CEABRA - Brasópolis - MG
- 8 RAMA - Pedralva - MG
- 9 Ecominas - Pouso Alegre - MG
- 10 RAES - Três Pontas - MG
- 11 Serras Verdes - Córrego do Bom Jesus - MG
- 12 Águas Virtuosas - Lambari - MG
- 13 Serras de Santana - Sapucaí Mirim - MG
- 14 Grupo de Agroecologia de Caldas - Caldas - MG

19

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. O processo de Constituição do SPG Sul de Minas

A região Sul de Minas é caracterizada, geograficamente, pelas grandes altitudes, clima ameno e chuvoso e uma economia fortemente voltada para a agricultura, com predominância de pequenas propriedades, notoriamente de agricultores familiares. Apresenta elevado índice de ocupação rural, mostrando ser uma região em que a atividade rural é uma das bases da economia. Os cultivos de café, morango, batata e hortaliças, destacam-se, na região, pois se apresentam como culturas de grande importância na geração de emprego e renda e de divisas.

Alguns agricultores, na região, têm buscado atender aos princípios da sustentabilidade, da produção de qualidade e da preservação ambiental, praticando seus cultivos sob sistemas orgânicos e, contribuindo para o desenvolvimento da Agroecologia, uma das razões pela qual, o consumo e a produção de alimentos orgânicos crescem a cada ano. O fato se tornou evidente pela existência de um número significativo de grupos formais de agricultores orgânicos com

diferentes mecanismos de certificação e comercialização. Os mecanismos participativos de avaliação da conformidade em propriedades orgânicas da região eram, até pouco tempo, garantidos por meio de ações promovidas por instituições do estado de São Paulo, gerando um maior custo e dificultando a integração entre os agricultores.

Nesse sentido, a criação da Orgânicos Sul de Minas foi uma forma que os agricultores orgânicos da região encontraram para viabilizar a certificação participativa e por meio dela, promover a integração entre os grupos existentes e destes com as instituições de extensão, ensino e pesquisa, buscando assim, o fortalecimento da produção orgânica e Agroecologia na região.

Assim, por meio da parceria entre da Orgânicos Sul de Minas, IFSULDEMINAS, EMATER-MG e MAPA, foi constituído o primeiro SPG Sul de Minas, um organismo social formado por pessoas interessadas na certificação orgânica e no desenvolvimento de ações de interesse do grupo.

3.2. Quando tudo começou

A ideia da criação de um SPG no Sul de Minas estava sendo cogitada, desde 2010, por alguns agricultores na região, em especial associados da ECOMINAS. Porém, o pouco entendimento sobre os caminhos a percorrer e a falta de uma boa articulação na região, que uma ação dessa natureza exige, fizeram com que o grupo não fosse muito além de discutir o assunto em reuniões internas e apresentar a demanda à EMATER-MG e ao MAPA. Atendendo à demanda do MAPA e da Ecominas, a EMATER-MG, promoveu uma discussão sobre o tema na ocasião do Frutifica Minas, em 2011, um evento de caráter técnico promovido pela empresa, onde acontecem diversas oficinas.

Essas iniciativas serviram de base para o IFSULDEMINAS elaborar uma proposta de projeto de extensão que viesse apoiar a Agroecologia no Sul de Minas.

O projeto de extensão inicialmente chamado de “Projeto de Apoio ao Fortalecimento da Agroecologia, no Sul de Minas”, teve como objetivo fomentar a constituição de uma rede agroecológica, na região, para viabilizar a certificação participativa. Iniciou-se com a identificação dos grupos formais e informais que trabalhavam com agricultura orgânica e Agroecologia. Na ocasião, foram identificados 13 grupos com essa característica, dos quais, 09 fazem parte da OSM até hoje.

A Pró-reitoria de Extensão do IFSULDEMINAS, assumindo em um primeiro momento a coordenação dos trabalhos, fez contato com representantes de todos os grupos, convidando-os para uma capacitação que teria o apoio do Ministério da Agricultura, Associação Natural de Campinas - ANC, EMATER-MG e IFSULDEMINAS. A proposta da capacitação, já havia sido idealizada em Botucatu, na ocasião de uma capacitação sobre certificação participativa promovida pelo MAPA, onde, extensionistas da EMATER-MG e agricultores do Sul de Minas, participaram e assumiram o compromisso de envolver outros agricultores e instituições para apoiar o trabalho na região.

O primeiro encontro dos representantes das associações de agricultores orgânicos do sul de Minas também teve como objetivo envolver o corpo técnico da EMATER-MG. Aconteceu em março de 2012, no Campus Inconfidentes, e reuniu cerca de 50 pessoas, entre representantes de associações, extensionistas da EMATER-MG, servidores do IFSULDEMINAS e do MAPA.

Esse encontro exigiu um grande esforço dos organizadores para mobilização dos grupos, pois, ainda, não existia qualquer tipo de vínculo ou aproximação desses grupos com

os organizadores (IFSULDEMINAS) e a temática “Sistema Participativo de Garantia”, não era do conhecimento da maioria. Apesar dessa dificuldade e, até mesmo, insegurança sobre a proposta, esse momento foi imprescindível e marcou o início da construção da rede agroecológica no Sul de Minas. Nem todos os grupos convidados compareceram, ainda assim, foi uma grande surpresa para os presentes, saberem da existência de tantos grupos de produção orgânica na região, mostrando, claramente, um potencial para a construção de uma rede, mas também a fragilidade da articulação entre os agricultores, pois, apesar de estarem na mesma região, desenvolverem atividades similares, possuírem as mesmas dificuldades e os mesmos anseios, muitos ainda não se conheciam. Nessa capacitação, objetivou-se discutir os processos de avaliação da conformidade orgânica e conhecer a realidade e anseios desses grupos, para assim, viabilizar as ações do projeto de Apoio, ao fortalecimento da Agroecologia, na região, que seria coordenado pelo IFSULDEMINAS com o apoio da EMATER-MG.

Os temas relacionados à avaliação da conformidade orgânica foram conduzidos pelo MAPA e a ANC contribuiu com o relato da sua experiência, além do esclarecimento de diversos pontos ainda confusos para os agricultores, extensionistas e professores. Ao final, foi realizado um trabalho de grupo, visando a maior integração entre os presentes, por meio do diagnóstico participativo, buscando levantar questões sobre as demandas mais emergentes das associações. Em síntese, a constituição de um SPG no Sul de Minas, foi entendida como a melhor forma de viabilizar a certificação participativa, promover a integração entre as associações de produtores orgânicos e destas com as instituições de ensino, pesquisa e extensão, que pudessem contribuir com essa ação. Para afirmação da ação, ao final do encontro foi definida por unanimidade a criação do SPG Sul de Minas, onde, uma comissão formada por representantes de cada grupo participante, além de servidores do IFSULDEMINAS e EMATER-MG, daria prosseguimento nas ações.

Esse momento marcou o início das ações para a constituição do SPG Sul de Minas e foi essencial a presença de várias representações de agricultores e também vários representantes das instituições públicas.

3.3. A tomada de decisão pela constituição da Central das Associações de produtores Orgânicos do Sul de Minas

Para que um SPG possa realizar a avaliação da conformidade orgânica, é necessário que seu OPAC tenha uma personalidade jurídica e esteja credenciado junto ao MAPA.

Diante de um cenário de organização congregando mais de dez grupos formalizados em associações e cooperativas existentes, muitas foram as possibilidades de ter uma entidade jurídica para abrigar o OPAC Sul de Minas. Entretanto, a escolha da associação “A” ou “B”, sem a devida aproximação entre os grupos poderia significar apenas uma constituição formal, mas, de forma fria, o que poderia dificultar o sentimento de pertencimento e apropriação. Na busca de soluções, sugeriu-se que a constituição do OPAC fosse ligada ao Centro de Assessoria Sapucaí (ONG Sapucaí), uma Organização Não- Governamental constituída em meados da década de 1990 e que teve um papel importante no fortalecimento da agricultura orgânica na região de Pouso Alegre, pois abrigou a certificadora Sapucaí, assessorando agricultores na transição do sistema convencional para cultivo orgânico, assim como a certificação.

Em razão da sua experiência, em especial com agricultura orgânica e também pela regularidade documental, o grupo entendeu que a ONG Sapucaí poderia se tornar uma

parceira capaz de contribuir para solucionar as dificuldades de certificação do grupo, além de promover a reativação de uma instituição que fora respeitada regionalmente. Entretanto, apesar de ser aparentemente interessante para todos, alguns dirigentes e fundadores da ONG Sapucaí se manifestaram contrários à adesão dos agricultores orgânicos e da possibilidade de abrir um OPAC, alegando que, na época, em que a entidade abrigou a Certificadora Sapucaí, só houve desgastes e prejuízos. Essa decisão frustrou muitos agricultores e colaboradores, atrasou os trabalhos, mas não foi capaz de desanimar o grupo, muito pelo contrário, serviu para fortalecer e intensificar ainda mais o comprometimento de todos em compensar o tempo perdido.

Diante da decisão da ONG Sapucaí em não apoiar os representantes passaram a discutir as possibilidades de criação de uma nova instituição, capaz de agregar os grupos de agricultores agroecológicos, orgânicos e familiares do sul de Minas e também abrigar o OPAC Sul de Minas. Nesse sentido, a decisão foi para a constituição de uma entidade que abrigasse todos os grupos já existentes, de forma a fortalecer e valorizar o que já existia de organização. O modelo adotado foi de uma central de associações, inspirado na experiência do município de Brazópolis com a Central de Associações de Brazópolis, MG (CEABRA). Essa decisão exigiu muito esforço de alguns agricultores que naquele momento estavam mais interessados na proposta. Foram meses de trabalho discutindo estatuto e regimento interno. Muitas dificuldades foram enfrentadas, pois além da distância entre os agricultores também havia pouca interação entre eles. Nesse sentido, o apoio da EMATER-MG facilitou a participação dos agricultores da ABAL e APANFE. Já, os agricultores da APOMM contaram com o apoio da associação e a Ecominas, com esforço pessoal de alguns membros.

O envolvimento do IFSULDEMINAS foi essencial na articulação dos membros, pois todas as informações, agendamento de reuniões foram concentradas ora na Pró-reitoria de Extensão, ora no Campus Inconfidentes. A escolha do nome da nova entidade rendeu várias discussões, pois havia no grupo adeptos dos diversos modelos de sistema de produção, como permacultural, ecológico, agroecológico, biodinâmico e orgânico. A exemplo da legislação brasileira que, para efeito de certificação, entende todos esses sistemas como orgânico, o grupo entendeu que utilizar o termo “Orgânicos” seria uma forma de contemplar os diversos estilos de produção sustentável e o “Sul de Minas” seria uma forma de valorizar e delimitar um território de atuação do SPG, além de aproveitar a boa lembrança que o Sul de Minas remete, como uma região montanhosa de terras férteis e água boa. Assim, após intenso período de trabalho, no dia 27 de novembro de 2012, aconteceu no Campus Inconfidentes a Assembleia de Constituição da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas). Inicialmente com a adesão de 06 organizações^[1] e após 2 meses passou a congregar mais 04 organizações^[2].

Embora o tema agregador, desde o início, tenha sido a certificação participativa, percebe-se que várias associações participantes, viram, nessa organização, a possibilidade de alcançar outros benefícios além do selo, que não se configurava naquele momento um entrave para a maioria dos grupos que contribuíram na constituição da Orgânicos Sul de Minas. Conforme declarado, na ocasião, por essas organizações que já tinham algum tipo de certificação, a integração das associações e cooperativas de agricultores orgânicos e a parceria com as entidades públicas só tinha a trazer benefícios para a região.

A existência de vários grupos de agricultores orgânicos já consolidados, o forte envolvimento e comprometimento dos parceiros e a disposição dos grupos em participar da proposta de criação de uma rede agroecológica na região, foram fatores que contribuíram muito para que a Orgânicos Sul de Minas fosse constituída e tivesse condição de abrigar o primeiro OPAC de Minas Gerais.

3.4. O Credenciamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Sul de Minas

Com a criação da Orgânicos Sul de Minas e a previsão estatutária para o funcionamento de um departamento de certificação, firmava-se o primeiro passo rumo à constituição do OPAC na região. De acordo com IN 19/2009 em seu Artigo 73, um SPG é formado pelos membros do sistema e seu OPAC. Os membros do Sistema são divididos em duas categorias: fornecedores e colaboradores. No SPG Sul de Minas, os fornecedores são representados pelos agricultores associados da APOMM, AAOF, ABAL, AAFASD, CAMPONESA, COOPFAM e mais recentemente a Associação Sítio Esperança. Como colaboradores, o SPG Sul de Minas conta com o IFSULDEMINAS, a EMATER-MG e, ainda, as associações vinculadas à Orgânicos Sul de Minas APANFÉ, Serras Verdes, Serras de Santana. Esporadicamente, participam representantes de outras instituições da região como UFLA e EPAMIG, consumidores e técnicos autônomos. O OPAC do SPG Sul de Minas é representado pelo departamento de certificação da OSM e conforme exigência legal, conta com a estrutura de uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, formado pelos membros do sistema.

Dispondo da composição mínima, o SPG Sul de Minas, por meio das representações dos agricultores e das instituições parceiras (IFSULDEMINAS e EMATER-MG) constituíram uma comissão e com o apoio do MAPA, iniciaram as tratativas para a composição dos regulamentos, regimento e formulários necessários para o credenciamento no Ministério da Agricultura. Os documentos de todos os SPGs existentes em 2013⁶ foram utilizados como referência para estudos e compreensão dos documentos exigidos pelo MAPA para credenciamento do OPAC. Diante da quantidade de documentos necessários e tendo em vista a inexperiência da equipe e ainda pouco conhecimento sobre as reais características das propriedades orgânicas sul mineiras, a comissão entendeu que o mais sensato seria utilizar os mesmos formulários e normas da ANC que, a princípio, estavam mais próximos do grupo. Assim, após pequenos ajustes, a comissão definiu todos os seus formulários, regimento interno e manual de procedimentos operacionais, baseado nos modelos da ANC, que autorizou prontamente a utilização dos seus documentos pela OSM.

Ao longo do ano de 2013, membros da Orgânicos Sul de Minas e futuros representantes do OPAC (ainda em fase de credenciamento) se alternaram entre as capacitações do Ministério da Agricultura, reuniões para elaboração de documentos e formulários, momentos de compreensão do funcionamento de um SPG e realização das atividades de campo (visitas de pares e visitas de verificação).

Foram momentos ricos em aprendizagem e interação, mas também de grande insegurança, pois frente à necessidade de realizar os procedimentos corretos e em conformidade com a legislação vigente, o grupo acabava por exigir muito dos agricultores, principalmente em termos de participação em inúmeras visitas e dias de campo. Por outro lado, negligenciaram a parte das anotações, tanto das propriedades quanto das ações coletivas, como, por exemplo, a elaboração de atas e preenchimento dos formulários durante as visitas.

Para viabilizar a composição do OPAC Sul de Minas, as associações solicitantes da avaliação da conformidade foram denominadas “núcleo de certificação” e cada núcleo se

⁶ Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região; Associação Biodinâmica, Rede Ecovida e Associação de agricultores biológicos do Rio de Janeiro.

dividiu em grupos, de acordo com as suas necessidades, localização geográfica, produção, número de agricultores e interesses. Cada grupo tem um coordenador, que entre outras atividades, responsabiliza-se pela articulação do seu grupo na realização de atividades como atualização dos documentos, interação do grupo com o núcleo e com o OPAC. Além dessas atividades, os coordenadores articulam e participam das visitas de pares e visitas de verificação, atividades consideradas como principais mecanismos de controle social de um OPAC para atestar a conformidade orgânica. Cada uma dessas visitas acontece, no mínimo, uma vez por ano, sendo as visitas de pares realizadas entre os próprios membros do grupo, podendo ter participação de outros, e as visitas de verificação, realizadas pela comissão de avaliação do OPAC.

Para a composição do OPAC, cada núcleo indica 3 membros, sendo dois para a comissão de avaliação e um para o conselho de recursos. Normalmente, os coordenadores de grupo são indicados para exercer este papel por um período de dois anos. As entidades colaboradoras também participam do OPAC por meio de adesão formal em formulário específico do OPAC.

Antes mesmo de protocolar a solicitação de credenciamento do OPAC Sul de Minas, os profissionais da Superintendência do MAPA no Estado de Minas Gerais, já estava inseridos no processo e tiveram importante participação, com análises criteriosas e orientações detalhadas e precisas sobre os ajustes necessários. Dessa forma, e com o apoio do IFSULDEMINAS na articulação e ajustes dos documentos, além da boa vontade e participação dos agricultores, o processo de credenciamento aconteceu de maneira rápida, e quando foi, efetivamente, protocolado, já não necessitava de muitos ajustes, possibilitando o imediato agendamento da visita de credenciamento pelo MAPA.

Assim, em novembro de 2013, o OPAC Sul de Minas recebeu a auditoria de credenciamento que contou com a participação de auditores do MAPA. Em sucessão a essa etapa, os representantes do Ministério elaboraram um rico relatório sobre a visita, onde ressaltaram os pontos positivos, assim como evidenciaram pontos de melhorias, que não foram considerados entraves para que o OPAC Sul de Minas fosse credenciado. O credenciamento foi ratificado por um ofício do MAPA em 20 de dezembro do mesmo ano. Como marco inicial, o OPAC possibilitou a avaliação da conformidade orgânica de 20 propriedades de agricultores ligados à Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira - APOMM, pioneira no processo de construção da metodologia de avaliação da conformidade pelo SPG Sul de Minas, que receberam os certificados em 28 de dezembro do mesmo ano.

3.5. O Fortalecimento e Ampliação do SPG Sul de Minas

Consolidada a primeira parte da missão estabelecida para 2012 (criação da central das associações) e para 2013 (constituição do OPAC Sul de Minas), os novos desafios postos foram relativos ao fortalecimento da rede e expansão do número de agricultores envolvidos no processo de avaliação da conformidade. A certificação de 20 unidades produtivas no primeiro ano de existência da Orgânicos Sul de Minas chamou a atenção de novos grupos. Alguns já se encontravam certificados por auditoria, mas achava o custo alto, outros acreditavam que o selo orgânico poderia abrir novos mercados e alguns por acreditar que o sistema participativo seria uma forma de integração com outros grupos, proporcionando, assim, o fortalecimento da Agroecologia e Produção Orgânica na região. Ao final de 2013, a Orgânicos Sul de Minas já contava com nove associações, uma cooperativa e vários grupos já haviam manifestado interesse na avaliação da conformidade pelo OPAC Sul de Minas.

Novamente, os parceiros tiveram papel importante. O IFSULDEMINAS, por meio de um Edital Interno de Agroecologia, possibilitou o apoio ao *Projeto de Consolidação do SPG Sul de Minas*, que trouxe entre os objetivos, a realização de ações para a ampliação do número de agricultores orgânicos certificados e o envolvimento de novas associações e/ou cooperativas na certificação participativa.

Dentre as ações executadas por meio de apoio dos parceiros da Orgânicos Sul de Minas, destaca-se a realização do Circuito Sul Mineiro de Agroecologia, dias de campo realizados em 2013/2014, possibilitando a integração entre os membros das associações ligadas à Orgânicos Sul de Minas. As etapas se consolidaram em um espaço de integração onde os novos grupos interessados na avaliação da conformidade orgânica pudessem iniciar as suas ações.

Por meio dessas ações, o trabalho foi se tornando volumoso e atraindo as novas associações para a certificação participativa do OPAC Sul de Minas. Muitas atividades antecedem ao processo de avaliação, que envolvem o conhecimento da legislação pelos interessados, preenchimento do caderno do plano de manejo orgânico, realização das visitas de pares e realização das visitas de verificação. Todas essas atividades tiveram o apoio da equipe do *Projeto de Consolidação do SPG Sul de Minas*. Ao final de 2014, três novas Associações cumpriram as exigências estabelecidas e passaram a compor o grupo de agricultores vinculados ao OPAC (AAFASD, ABAL e AAOF) e o número de agricultores certificados saltou para 55. Em 2015, além de duas novas organizações (CAMPONESA e Sítio Esperança) também houve acréscimo no número de propriedades que passaram pela avaliação da conformidade, ultrapassando 150 unidades.

3.6. Funcionamento do processo de certificação no SPG Sul de Minas

O OPAC Sul de Minas é abrigado pela OSM e esta, por sua vez, possui escritório no Campus Inconfidentes do IFSULDEMINAS. Como a OSM foi constituída com o objetivo de viabilizar o processo de certificação, assumindo legalmente, por meio do seu CNPJ, a responsabilidade pelas questões relacionadas à avaliação da conformidade orgânica, é muito comum, equívocos sobre quem é o SPG Sul de Minas, quem é a OSM e quem é o OPAC Sul de Minas. Simplificando aqui, o SPG abrange a OSM, o OPAC e qualquer entidade ou pessoa interessada na certificação participativa que oficialize sua adesão por meio de formulários do OPAC, ou seja, é um sistema mais abrangente que reúne pessoas, organizações e entidades governamentais para realizar a certificação participativa, trata-se de uma rede agroecológica.

A OSM é uma associação que se configura na conformação de central de associações que integra as organizações dos agricultores orgânicos da região, interessadas não só na certificação, mas também na integração, fortalecimento e valorização da Agroecologia e produção orgânica. Já o OPAC Sul de Minas é o departamento de certificação desta associação que é a OSM. O OPAC é o responsável pelas avaliações de conformidade orgânica, composto pelos representantes dos membros do sistema, fornecedores e colaboradores do SPG Sul de Minas. Partindo desse entendimento básico, vamos compreender melhor, como funciona o processo de avaliação da conformidade orgânica no SPG Sul de Minas.

Sobre a entrada de novos membros na certificação participativa, pode-se dizer que se trata de uma decisão da base, ou seja, dos grupos de agricultores. Ao ingressar um novo membro em um grupo de certificação, cabe aos agricultores do próprio grupo aceitá-lo e também orientá-lo quanto à documentação, registros e normativos do OPAC. O grupo

organiza e realiza a visita de pares na unidade de produção, orientando-o sobre os procedimentos necessários para receber a avaliação da conformidade. Estando o membro apto a receber a visita de verificação, na avaliação do seu grupo, o coordenador solicita ao OPAC, por meio de formulários próprios, sua avaliação da conformidade orgânica, que acontecerá na mesma ocasião que as demais propriedades que compõem o referido grupo, por meio da visita de verificação. A decisão da avaliação da conformidade, se dará ao final da visita de verificação, porém, a deliberação do certificado será na reunião final do OPAC.

O selo emitido pelo OPAC Sul de Minas tem duração de 01 ano, conforme determina a lei. Desde os primeiros selos, o OPAC Sul de Minas padronizou que todos os certificados têm validade de janeiro a dezembro. Também está padronizado que todas as visitas de pares acontecem no primeiro semestre, como forma de preparar o agricultor para receber a visita de verificação, que acontece no segundo semestre e após a realização de todas as visitas de verificação é realizada a reunião do OPAC para deliberação sobre a emissão dos certificados. Nessa reunião, também acontece uma socialização das experiências de cada núcleo e a avaliação das visitas. Esses procedimentos, até o momento, têm contribuído e facilitado a administração na emissão dos certificados. Quando algum agricultor solicita adesão no meio do ano, precisa acompanhar as visitas de verificação do seu grupo, e somente no próximo ano iniciará o processo com visita de pares em sua propriedade. A critério do grupo, pode acontecer visita de pares e verificação no segundo semestre, como forma de agilizar a emissão do certificado, mas, esse procedimento somente é adotado quando o agricultor já está inserido de alguma forma com a OSM por meio de alguma associação e notoriamente tem condição de ser certificado.

No Quadro 02 observam-se as ações e procedimentos a serem seguidos pelos membros para a obtenção da certificação.

Quadro 02 Ações e procedimentos ligados ao processo de certificação participativa do OPAC Sul de Minas.

AÇÃO	PROCEDIMENTO
Solicitação de adesão ao grupo	O grupo analisa o pedido e se necessário realiza uma visita à unidade de produção.
Caso aprovada a entrada de novo membro	O novo membro é orientado quanto aos procedimentos, normas e documentação: Plano de manejo orgânico, formulários e registros das atividades.
Realização de visita de pares (1º Semestre)	O grupo troca experiências, sugere melhorias na unidade produtiva e confere os registros e documentação necessária.
Realização de visita de verificação (2º Semestre)	O agricultor recebe a comissão de avaliação para decisão da conformidade orgânica.
Reunião do OPAC	A decisão da comissão de avaliação será confirmada pelo OPAC e se tudo certo, o agricultor receberá a certificação para o próximo ano.
Certificado	O certificado terá validade de um ano.

Fonte: Documentos do OPAC (2015)

Os documentos normativos do OPAC são: estatuto da OSM, manual de procedimento operacional do OPAC, regimento interno do OPAC, formulários para a entrada de novos membros tanto fornecedores quanto colaboradores, contrato com o OPAC, solicitação de avaliação da conformidade, formulários de visitas de pares e visita de verificação. Todos os documentos ficam disponíveis no escritório da OSM, que também funciona como escritório do OPAC, podendo ser solicitados por qualquer pessoa. Em geral, todas as entidades da Orgânicos Sul de Minas recebem cópia em arquivo digital e/ou impressa desses documentos quando ingressam e cabe a elas, a socialização com os seus membros.

Em se tratando da adesão de um novo núcleo, ou seja, uma associação ou cooperativa de agricultores, a entidade interessada deve, primeiramente, proceder sua vinculação à OSM, enviando correspondência à presidência, que aguarda a próxima assembleia para oficializar a adesão. Antes disto, por e-mail, a diretoria já informa e manifesta sua opinião, pois as Assembleias são semestrais, podendo demorar dependendo da época de solicitação. Após entrada na Orgânicos, o grupo passa a receber orientação sobre os procedimentos da avaliação da conformidade. Essas orientações têm sido realizadas, principalmente, pelos servidores do IFSULDEMINAS com o grupo de Agroecologia “Raiz do Campo” e pelos agricultores, coordenadores de grupo e coordenador do OPAC. Não existe uma norma sobre isso, até o momento, todas as orientações foram realizadas voluntariamente, embora alguns coordenadores já discutam a possibilidade de cobrar por essa consultoria, pois gera custo e demanda tempo dos agricultores.

O OPAC Sul de Minas possui, atualmente, 183 unidades de produção certificadas, ligados a 33 grupos e esses grupos em 13 núcleos. Cada grupo possui um coordenador e é esse coordenador que representa os demais agricultores nas reuniões ou espaços onde são planejadas as visitas, discutidos a entrada de novos membros, a revisão de documentos e questões ligadas ao processo de certificação. Dentre os coordenadores, existe um escolhido para ser coordenador do OPAC. Esse coordenador tem a função de assinar e emitir em nome do OPAC os certificados, além da atribuição de fazer fluir a comunicação entre os coordenadores e destes com todo o SPG.

Os procedimentos básicos para a avaliação da conformidade que envolve maior planejamento são as visitas de pares e de verificação. O MAPA exige um cronograma atualizado dessas visitas. Com o aumento do número de unidades avaliadas, em 2015 esse planejamento passou a ser realizado, juntamente, com um evento de formação e integração dos coordenadores do OPAC. Nesse encontro, os coordenadores, juntamente com representantes da diretoria da OSM, dos membros colaboradores da EMATER-MG e IFSULDEMINAS, elaboram o cronograma das visitas de pares, visitas de verificação, constituem as equipes com o quórum mínimo previsto nos regimentos, revisam e alteram documentos quando necessário e ainda elaboram a programação das atividades coletivas de capacitação e integração como o circuito de Agroecologia e Festa das Sementes. O encontro tem duração de 02 a 03 dias e, ainda, conta com a discussão e entendimento do papel do coordenador, especialmente como forma de inserir e capacitar os novos coordenadores.

Por fim, trataremos sobre as despesas da certificação. O custo com a certificação é pago pelo agricultor quando recebe o selo e variável de acordo com a categoria familiar e não familiar. No ano de 2017, o valor foi de R\$ 250,00/ano para agricultores familiares e R\$ 400,00/ano para agricultores não-familiares. A gestão desse recurso que entra no caixa da OSM, anualmente, é feita pelo tesoureiro e, praticamente, é utilizada para viabilizar a participação dos agricultores nas visitas de verificação, reunião do OPAC e pagamento de

uma estagiária para auxiliar na parte administrativa. Até o momento, não se tem gastos com espaço, incluindo uso de telefone, internet e técnicos, pois estes têm sido arcados pelo Campus Inconfidentes, que ainda auxilia com transporte para as visitas, sempre que possível, uma vez que servidores e estudantes sempre acompanham essas ações como atividades de extensão. O apoio técnico tem sido feito pela EMATER-MG e o NEA Raiz do Campo. Nas visitas de pares, realizadas no próprio grupo com pouca participação de agricultores de outro núcleo, os custos de deslocamento e alimentação, quando existem, ficam por conta de cada agricultor participante. Já, as visitas de verificação, onde é obrigatória a presença de, no mínimo, um agricultor de outro núcleo (aval cruzado), o OPAC assume as despesas com o deslocamento, alimentação e, ainda, uma diária equivalente ao dia de serviço na propriedade (R\$ 50,00). Essa forma de compensação tem sido muito positiva e vista como necessária para envolver mais pessoas que, por falta de mão de obra na família, muitas vezes não podem se ausentar da propriedade, e com o auxílio, têm condições de contratar um substituto, no dia em que realiza visita. O valor da certificação anual é calculado em função desses custos, durante o encontro de formação de coordenadores, assim como a decisão de como utilizar o recurso.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS

Apesar do SPG Sul de Minas ter poucos anos de experiência com a certificação participativa, foi possível observar por meio deste relato que muitos resultados já foram alcançados. O primeiro resultado que podemos ressaltar é a constituição da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas. Por meio desta entidade foi possível viabilizar a estruturação do OPAC, realizar a certificação de 183 unidades de produção e congregar cerca de 300 agricultores, pertencentes às 14 organizações de agricultores orgânicos da região.

A integração com outros agricultores orgânicos do sul de Minas, o baixo custo da certificação, a ampliação de mercado, e ainda, a integração e aproximação dos agricultores com as entidades parceiras: IFSULDEMINAS, EMATER e MAPA são resultados positivos percebidos com a constituição do SPG Sul de Minas.

Destaca-se também que este trabalho em promovido a ampliação do debate acadêmico sobre a Agroecologia, em especial do IFSULDEMINAS, com a formação do Grupo de Estudos em Agroecologia e Entomologia “Raiz do Campo”, que vem desenvolvendo projetos com sementes crioulas, certificação e comercialização em parceria com os agricultores certificados pelo OPAC Sul de Minas.

Apesar dos desafios e do longo caminho que o SPG Sul de Minas precisa percorrer para que venha, de fato, a influenciar o modo de produzir e consumir na região em que está inserido percebe-se que tem desempenhado um papel importante na inclusão de agricultores familiares para acesso ao mercado orgânico, na disponibilidade de produto saudável na região e também na promoção de espaços de discussão e oportunidades para a promoção da Agroecologia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da reconstrução do histórico de formação do SPG Sul de Minas, com descrição detalhada do contexto, dos atores, da metodologia e procedimentos utilizados para a constituição e funcionamento dessa rede, foi possível perceber alguns elementos importantes

nesse processo. Entre eles, podemos citar o contexto favorável para a implantação do SPG, com forte presença e comprometimento de agricultores orgânicos organizados, além da clara experiência e histórico das associações existentes. Muitas destas organizações já possuíam uma trajetória de mais de vinte anos com trabalhos associativistas, o que foi fundamental no êxito do processo de constituição do SPG Sul de Minas. Outro fator que destacamos, foi o apoio dos parceiros, assumindo, desde o início, o papel de facilitadores do processo, viabilizando, por meio de projetos, apoio administrativo, técnico e logístico. Verificou-se, ainda, que esse apoio tem proporcionado uma redução dos custos, tornando a certificação mais acessível, além de uma maior credibilidade pelo envolvimento de instituições públicas. Por outro lado, a parceria também trouxe benefícios às instituições parceiras, aproximando técnicos e estudantes da agricultura orgânica e influenciando o discurso e a prática dessas instituições.

A parceria entre IFSULDEMINAS e EMATER-MG apoiados pelo MAPA foi importante para que o processo de constituição fosse ágil, havendo consenso entre os próprios agricultores que, sem esse apoio, essa articulação, dificilmente, aconteceria, embora algumas associações já cogitassem a constituição do SPG na região. Em todos os SPGs do Brasil foi identificado o apoio de alguma instituição ou organização, ficando claro que o processo de constituição é burocrático e depende de técnicos envolvidos que assessorem os agricultores no processo de constituição e credenciamento do OPAC, especificamente pela grande exigência de documentação. É fundamental também que as ações sejam de “mão dupla” que os benefícios sejam percebidos tanto pelo SPG quanto pelas instituições parceiras. O grupo precisa cada vez mais criar espaços de participação e tomada de decisões e cuidar para que as decisões sejam de conhecimento de todos, conferindo maior transparência ao processo. Estimular a participação dos agricultores em espaços além da propriedade e do seu núcleo deve ser uma prática cotidiana.

6. AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos agricultores orgânicos do Sul de Minas e ao IFSULDEMINAS pela confiança nesta parceria que possibilitou a realização deste trabalho e a existência do SPG Sul de Minas.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, A.C.O.; SANTOS, A.L.S.; AZEVEDO, R.M.M.C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.7, n.2, p.19-27, 2012. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/10085>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 019, 2009.** Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>> Acesso em: 28 abr. 2015.

CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA. **Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía.** Antônio Prado, RS. 2009. Disponível em: <<http://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/cartadeprincipiosdofrumlatinospagespaol.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

FONSECA, M.F.A.C. et al. **Agricultura orgânica:** introdução às normas, regulamentos técnicos e critério para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói : Programa Rio Rural, 2009. 58 p. (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

LEITE, R.M. Dez anos de regulamentação da agricultura orgânica, experiência de sistema participativo de garantia, avanços, desafios e oportunidades da agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Planeta Orgânico.** 2013. Disponível em: <planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez_anos_de_Regulamentacao_da_Agricultura_Organica.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.